



Quiosque segue na areia da praia

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Ibama e a Prefeitura não se entendem quanto a transferência dos quiosques da areia para o calçadão da Praia da Enseada. Cada órgão público responsabiliza o outro pela indefinição do caso.

A SPU reclama que a Prefeitura não entrega documentos necessários para consumir a transferência. Esta, por sua vez, nega e cobra posicionamento do Ibama. Já o órgão ambiental afirma que não recebeu pedido algum.

Gerente regional da Secretaria de Patrimônio da União em Santos, Esmeraldo Tarquínio Neto informou que a Prefeitura ainda deve ao órgão parte da documentação referente ao processo de transfe-

rência. Segundo ele, faltam o cronograma das obras, incluindo o prazo de execução e entrega, mais o parecer com aprovação expedido por um órgão ambiental.

Conforme Tarquínio Neto, a SPU cobrou a remessa desses documentos em outubro e novembro de 2007. A resposta teria vindo na segunda quinzena de janeiro, e incompleta.

Secretária de Assuntos Jurídicos, Fabiana Bozzella confirmou que não mandou o cronograma de obras nem o parecer ambiental, mas justificou: "Esses documentos não existem".

Explicou que como será aberta concorrência pública para contratar uma empresa com o objetivo de erguer os novos quiosques, não cabe a ela fornecer o cronograma.



Na areia os quiosques podem ser destruídos durante a ressaca do mar

"Como vou mandar se a obra não é da Prefeitura?"

No tocante à aprovação ambiental, Fabiana transferiu a responsabilidade ao Ibama.

A chefe do escritório regional do Ibama, Ingrid Oberg, responsabilizou a Prefeitura pelo imbróglio. De acordo com ela, o órgão não recebeu

qualquer projeto por parte do Município. "O único projeto do gênero foi mostrado numa reunião do grupo de trabalho, em junho do ano passado. Mas não foi protocolado no Ibama, ao menos até 15 dias atrás, quando saí de férias", garantiu ela, que retornava ontem.



Pedido do MP é ignorado

■■■ Sobre a recomendação expedida no final do ano passado pelo Ministério Público (MP), no sentido de autuar e até demolir construções irregulares na faixa de areia da Enseada, provenientes de ampliações a partir do verão de 2007, nada será feito de imediato pelo Município. O prazo estipulado pela promotoria para providências expirou no último dia 6.

A secretária de Assuntos Jurídicos, Fabiana Bozzella, disse que “por enquanto não vai se manifestar sobre a demolição dos quiosques ampliados”.

A secretária informou que fiscais municipais percorrem esses estabelecimentos para detectar expansões irregulares, trabalho que já havia sido anunciado em janeiro. “A ordem é, caso achem, notificar e, se nada for feito, demolir dentro de 30 dias”, explicou.

A chefe do escritório regional do Ibama voltou a devol-

Destaque

Os promotores fizeram menção especial ao Restaurante Thai, do Casa Grande Hotel, erguido no calçadão e em parte da faixa de areia. Mas a Prefeitura afirma ter expedido permissão de uso para este estabelecimento.

ver a responsabilidade para o Município. “O Ministério Público mandou demolir obras sem licença. O Ibama não tem nada a ver com a cobrança. A Prefeitura não tem que esperar o Ibama para nada”, afirmou.

Ela lembrou que no ano passado o órgão já autuou o restaurante do Casa Grande Hotel e mais “cinco ou seis” quiosques por irregularidades. “O Ibama já se posicionou em tudo”, encerrou.



Pró Romazzini

O ex-deputado estadual Fausto Figueira pode até pressionar o diretório do PT em Guarujá em favor do vereador Luis Carlos Romazzini. O comando do PT guarujaense ameaça não dar legenda para Romazzini tentar se reeleger.



Protesto de agentes marca 1ª sessão do ano

Ordem do dia na Câmara de Guarujá continha 104 itens e desses nenhum foi votado

Repórter: Vivian Rigueira

A primeira sessão ordinária da Câmara de Guarujá foi marcada ontem por polêmica. A ordem do dia continha 104 itens — resultado do acúmulo de itens das sessões do ano passado que não haviam sido votados — e desses nenhum foi votado porque o tempo regimental terminou às 19h20 e nenhum vereador pediu a prorrogação do horário. O encerramento feito pelo vereador Paulo Flávio Affonso Piasenti (PSDB) que substituiu o presidente do Legislativo, Carlos Eduardo Pirani (PRP) — ausente por problemas particulares —, provocou a revolta de agentes municipais da dengue que aguardavam desde às 15h20 a votação do projeto de lei de autoria do Executivo que cria no Quadro de Empregos Permanentes 90 empregos de agente de controle de endemias.

A sessão teve início às 15h20; às 17h20 os parlamentares paralisaram os trabalhos para o famoso lanche que durou até as 19h10. Com o reinício da sessão, o vereador Ituo Sato pediu o englobamento somente para discussão dos quatro primeiros itens da pauta, que tratavam-se de vetos do Executivo.

"Isso é um absurdo", dizia o agente de controle de vetores, Pedro dos Santos Prestford que respondeu pelo grupo.

O vereador Piasenti afirmou que não poderia fazer nada. "Os vereadores esqueceram de pedir a prorrogação, o líder do Governo (Ituo Sato) também não pediu e eu fiz o meu trabalho, que foi encerrar a sessão", afirmou.

Mas os agentes da dengue



Nenhum vereador pediu a prorrogação do tempo regimental e a sessão que havia recomeçado após o lanche às 19h10 terminou às 19h20

não entenderam e gritavam da galeria para que a sessão recomeçasse, mesmo que fosse uma extraordinária.

Os parlamentares por sua vez se mostraram surpresos por terem esquecido de pedir a prorrogação do tempo regimental. O vereador Marinaldo Nenne Simões (DEM) ficou nervoso no plenário e reclamou da ausência de um aviso sobre a proximidade do término regimental da sessão às 19h20. "Encerraram de sacanagem, esses diretores aí que ficam sem fazer nada poderiam nos avisar, mas não fizeram isso. Achar que o povo é trouxa e ninguém está preocupado com vocês", gritava Nenne se dirigindo aos agentes da dengue na galeria.

Piasenti foi conversar com os agentes e disse que o presidente da Casa seria informado do ocorrido e haveria a possibilidade de dele marcar uma sessão ex-

traordinária. "Vamos aguardar amanhã (quarta-feira)", disse o parlamentar.

Projeto

O oitavo item da pauta de ontem era um requerimento do vereador Ituo Sato que pedia a pautação para a ordem do dia do projeto de lei, do Executivo Municipal, que "dispõe sobre a extinção e criação, no âmbito da Administração Municipal, dos Empregos Públicos que especifica e dá outras providências".

Na justificativa do projeto de lei, é citado que a criação dos presentes empregos se impõe para fazer frente às exigências da Emenda Constitucional 51 e da Lei Federal 11.350/06.

Desta forma ficam criados no Quadro de Empregos Permanentes da Prefeitura de Guarujá, 90 empregos de agentes de controle de endemias com carga

horária de 44 horas semanais, com salário-base de R\$ 551.

O agente de controle de vetores, Pedro dos Santos Prestford, explica que hoje existem 30 agentes de controle de vetores e 8 supervisores que seriam beneficiados pela lei. "Nós estamos esperando isso desde 2006. O que aconteceu é que nossos contratos foram expirando e aí foram feitos outros, nós continuamos, mas queremos ser efetivados sem a necessidade de prestar um concurso público, porque nós já participamos dessa seleção no passado e a lei diz que não precisamos fazer o concurso novamente", afirma Prestford.

Emenda 51

De acordo com Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, em seu parágrafo único, "os profissionais que, na data de promulgação desta emenda e a qualquer título desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma de lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o 4º parágrafo do artigo 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública (...)"

Para o vereador Romazzini, a lei é clara e com certeza será votada e aprovada pelo Legislativo de Guarujá. "É um projeto do prefeito e claro que vai passar", disse.

Inconformados, os agentes da dengue ameaçaram não trabalhar nesta quarta-feira mas decidiram esperar que uma sessão extraordinária seja marcada.



PRAZO PARA ISSQN TERMINA SEXTA-FEIRA

Os contribuintes de Guarujá devem efetuar o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), referente ao mês de janeiro deste ano, até sexta-feira. A guia de recolhimento é disponibilizada no site www.guaruja.sp.gov.br. O boleto pode ser pago em qualquer agência bancária.



Expressas

LOCALIZADAS 198 PORÇÕES DE COCAÍNA

Quase 200 papелotes de cocaína foram apreendidos pela Polícia Militar na tarde de ontem no Pae Cará, Vicente de Carvalho, em Guarujá. Por volta das 15 horas, uma equipe da PM foi acionada para ir até a Rua Presidente Vargas e, em um terreno baldio, encontrou sete sacos com 198 papелotes da droga. Ninguém foi detido.